



### 3.1 • Metamorfoses da violência

## Mudanças e continuidades na conceptualização da guerra

Teresa Almeida Cravo

O CENTENÁRIO DA ECLOSÃO da Primeira Guerra Mundial proporciona-nos uma oportuna ocasião para refletirmos sobre o fenómeno da guerra nas relações internacionais. Um breve périplo pelo último século revela diferentes práticas do uso da força em larga escala, da Segunda Guerra Mundial ao Vietname, do Ruanda ao Iraque, a que esta disciplina foi atribuindo denominações distintas. Uma abordagem que se concentra na diferença e na classificação de tipologias arrisca-se, porém, a desviar a atenção de não menos importantes continuidades. Após a breve identificação das quatro conceptualizações da guerra mais proeminentes nas relações internacionais contemporâneas – as guerras interestatais clássicas, a guerra fria, as novas guerras e a guerra global contra o terror – este artigo recentra a análise na natureza co-constitutiva da guerra e dos processos estruturais de transformação social e política. O escrutínio desta articulação da guerra com processos societários mais alargados permite-nos entender melhor as suas especificidades históricas e/ou geográficas, assim como a sua centralidade na construção e desconstrução das respetivas ordens políticas, sejam estas nacionais, regionais ou internacionais.

### As mudanças de paradigma

Uma primeira qualificação do conceito de guerra é o da chamada guerra clássica, envolvendo a confrontação militar entre dois ou mais Estados, que caracteriza o contexto europeu do século XVII até à primeira metade do século XX. Estas são as guerras da ordem política europeia vestefaliana, teorizadas por Clausewitz,<sup>1</sup> que dispõem as Forças Armadas organizadas de um Estado soberano contra outro, que se encontram no momento decisivo do campo de batalha.

Esta forma de violência organizada entra em declínio na sequência da Segunda Guerra Mundial e da emergência da ordem bipolar em torno das duas superpotências – Estados Unidos (EUA) e União Soviética – e um novo paradigma, denominado Guerra Fria, surge para descrever a competição entre os dois rivais. Com o advento do armamento nuclear, a característica essencial deste conflito passa a ser a possibilidade prática da destruição total. A guerra tradicional entre as duas superpotências, travada no campo de batalha, deixa assim de ser um meio racional de resolução de disputas. A ameaça do suicídio nuclear garante, durante quatro décadas, a dissuasão de uma escalada do uso da força na relação direta entre as duas superpotências, mas implica a exportação desta confrontação para a periferia, através das chamadas guerras por de-

legaço. Nesta altura, as atenções viram-se para as guerras anticoloniais – as lutas de libertação dos movimentos independentistas no continente asiático e africano contra as potências imperiais europeias – com o patrocínio dos EUA e da União Soviética, que procuram desta forma manter e aumentar as respetivas esferas de influência.

Durante este período, a guerra interestatal clássica não desaparece inteiramente: conflitos na periferia, como por exemplo entre Israel e os Estados árabes, a Índia e o Paquistão ou o Irão e o Iraque, vão sustentando esta tipologia do uso da força. Vislumbra-se, no entanto, uma nova tendência nas relações internacionais que o fim do sistema bipolar veio claramente intensificar: o declínio significativo no número de confrontos armados entre Estados relativamente ao aumento dramático de guerras civis. De acordo com os números apresentados por Wallensteen e Sollenberg, dos 111 conflitos armados ativos durante o período de 1989-2000, apenas sete correspondiam ao paradigma de conflito interestatal.<sup>2</sup> Inicialmente confinados ao chamado “Terceiro Mundo” – uma categoria tradicionalmente aplicada à África, Ásia e América Latina – estes conflitos internos expandem-se para abarcar os novos Estados pós-soviéticos do Cáucaso e da Ásia central e, na Europa, os Balcãs.

“ [...] quatro conceptualizações da guerra mais proeminentes nas relações internacionais contemporâneas – as guerras interestatais clássicas, a guerra fria, as novas guerras e a guerra global contra o terror [...] ”

Estas “novas guerras” dos anos noventa representam o oposto do paradigma clássico da guerra interestatal.<sup>3</sup> Ocorrem no interior da fronteira do Estado e no contexto da crise do Estado-nação, ameaçando a sua desintegração. Os combatentes não são apenas as Forças Armadas organizadas do Estado mas passam a incluir também atores não-estatais. O campo de batalha deixa de ser claramente identificado e a maior parte da violência é direcionada para os civis, esbatendo assim as distinções-chave da modernidade entre combatente e não-combatente, público e privado, interno e externo.

Finalmente, com os atentados do 11 de setembro de 2001 e a resposta norte-americana no Afeganistão e Iraque, entre outros, a literatura das relações internacionais passa a explorar uma nova categoria, a guerra global contra o terror. O terrorismo organizado, e a invocação da sua ameaça à escala mundial, fornecem a justificação para uma nova prática do uso da força, não só por parte das democracias liberais ocidentais – EUA e aliados – como da Rússia (na Chechénia) e da China (em Xinjiang).

Alguns aspetos da guerra contra o terror são condizentes com o paradigma clássico da guerra entre Estados, como a invasão dos EUA ao Iraque, mas esta fase tende a ser limitada no tempo. São, no entanto, essencialmente as guerras intraestatais, crescentemente interpretadas no âmbito da guerra global contra o terror – como por exemplo a guerra civil na Síria, os grupos rebeldes no Mali ou as operações de contra-insurgência no Afeganistão – que se têm revelado de difícil resolução. Esta guerra global é sobretudo caracterizada pela sua natureza assimétrica. Os atores políticos apelidados de insurgentes e terroristas enfrentam Estados com uma esmagadora superioridade militar, tecnológica e económica. O uso extensivo de *drones* e assassinatos seletivos e a crescente privatização da guerra, com atores privados a desempenharem as funções tradicionais das Forças Armadas estatais, sugerem novas práticas que se têm vindo a enraizar nas operações militares atuais.

### A guerra e a transformação política e social

Dada a emergência de diferentes formas de guerra, grande parte do estudo deste fenómeno nas relações internacionais centrou-se no mapeamento das diferenças entre as várias categorias. As tipologias são, naturalmente, relevantes do ponto de vista analítico e úteis na apreciação da especificidade de cada uma das guerras, em particular, e na apreciação da evolução da natureza dos conflitos armados, em geral. Contudo, ao enfatizar os traços distintivos em termos de tempo, espaço, atores e formas de violência, o enfoque nas diferentes classificações desvaloriza as continuidades que atravessam estes tipos ideais, nomeadamente a dimensão essencial da guerra – e comum a todas as suas manifestações em concreto – de contestação e ordenação das estruturas políticas e sociais em que está embebida. Na realidade, enquanto processo social dinâmico, a guerra tem um poder “gerador”, além de destrutivo.<sup>4</sup>

No caso da era moderna europeia, por exemplo, a própria existência dos Estados-nação foi, como Charles Tilly identificou, um produto da

## DEFINIÇÃO DE GUERRA

A guerra é o que podemos chamar um “conceito essencialmente contestado”,<sup>9</sup> cuja definição varia significativamente consoante o tempo e o espaço, a disciplina e escola de pensamento ou a audiência a que se dirige. Académicos, meios de comunicação social, organizações internacionais ou políticos divergem no seu entendimento e utilização deste conceito. No seu sentido mais básico, entendemos a guerra aqui como uma condição de competição e hostilidade, mantida entre duas ou mais partes, que envolve o uso de violência organizada de larga escala, em função de um objetivo entendido como incompatível. A guerra não é, porém, apenas uma prática, é também um discurso. Nesse sentido, o uso do rótulo diz tanto acerca de quem o aplica como a quem se aplica. Pode ser utilizada por uma organização de direitos humanos para chamar a atenção do impacto devastador de um conflito – nesse sentido, pretende conceder um estatuto particular a uma forma específica de violência, distinguindo-a, por exemplo, de um conflito de baixa intensidade ou do fenómeno da criminalidade – ou por um governo que busca legitimidade e aprovação para o uso da força em circunstâncias de alguma contestação. A utilização discursiva do termo “guerra” é, por isso, necessariamente política, servindo, nesse sentido, determinadas agendas. Como definimos guerra e a que condições de beligerância aplicamos este rótulo molda inevitavelmente o tipo de respostas consideradas apropriadas – ou impensáveis – para lhes pôr cobro.

guerra.<sup>5</sup> No contexto do esforço de soberanos locais e elites políticas para centralizar o poder, a guerra contra um inimigo externo foi um instrumento essencial para o estabelecimento do monopólio da violência organizada, eliminando exércitos privados e suprimindo rivais feudais. A reorientação para uma economia de guerra requeria fundos e uma crescente eficiência administrativa, que produziram não só os primeiros sistemas de taxaço e administração nacional, como contribuíram decisivamente para a construção ideológica de uma “comunidade imaginada” coerente e unificada.<sup>6</sup> Por outras palavras, foi através da guerra que o Estado-nação europeu foi criado e, mais genericamente, a ordem política e social da modernidade constituída.

As guerras clássicas do século XX estiveram igualmente enredadas em processos sociais alargados. A guerra interestatal foi crescentemente alimentada não apenas pela lógica da aquisição territorial, mas pela lógica da acumulação essencial para o capitalismo industrial. Por um lado, as duas Guerras Mundiais foram produtos da rivalidade interimperial de competição por mercados. Por outro, e simultaneamente, fomentaram a crescente industrialização e os processos de integração socioeconómica da sociedade massificada, a profissionalização militar, e a cristalização das identidades nacionais mobilizadas perante a ameaça externa.

Na sequência da Segunda Guerra Mundial, cujo impacto numa Europa em declínio era evidente, as guerras anticoloniais da periferia representaram um desafio fundamental à ordem imperial europeia. As guerras no Quênia britânico, na Argélia francesa ou na Angola portuguesa refletiram o crescente consenso político e social relativamente ao anacronismo da doutrina colonial, assim como a utilização da guerra por parte dos movimentos independentistas como um meio para desconstruir as relações locais e globais de subjugação. Juntamente com a ascensão dos EUA e da União Soviética no contexto da Guerra Fria, esta contestação do sistema colonial ditaria finalmente a quebra da ordem hegemónica europeia que durara quinhentos anos.

Se a guerra interestatal clássica foi central para a construção do Estado-nação moderno, as novas guerras da década de 1990 refletiram, e simultaneamente produziram, o seu fracasso enquanto modelo de organização política, económica e social nos espaços pós-coloniais

e pós-imperiais. Do Sudão às Filipinas, a guerra foi simultaneamente consequência e instrumento para os que rejeitavam a centralização do poder militar, político, económico e social que definia a ordem weberiana. O esbatimento das distinções tradicionais entre combatente e não-combatente, a emergência de atores subestatais, a dissolução do monopólio do uso legítimo da força deve, por isso, ser entendido no contexto do desafio à autoridade e legitimidade do governo central. No centro destes conflitos está a emergência de estruturas de poder sectárias e de identidades – religiosas, étnicas ou tribais – que minam o sentido coletivo de comunidade política imposto pelo Estado. Também a emergência de novas formas de economia política de guerra, baseadas na exploração privada de recursos naturais, pilhagem ou impostos de guerra, retiram ao governo central as suas competências em matéria de extração de recursos da população e do território, diminuindo drasticamente a sua presença institucional no país. O apoio externo das diásporas, dos governos aliados e até da assistência humanitária são factores integrantes da dinâmica destes conflitos – uma forma extrema de globalização, segundo Kaldor,<sup>7</sup> que contesta uma leitura superficial destas guerras como meramente “internas”.

Das várias formas de violência aglomeradas sob o título de guerra global contra o terror, podemos igualmente discernir a procura de transformação estrutural. Os autores do 11 de setembro, e outros grupos análogos, proclamam a sua rejeição da ordem internacional unipolar liderada pelos EUA desde o final da Guerra Fria. Por outro lado, a invasão norte-americana do Iraque pretendia a reestruturação violenta do regime e a imposição de uma ordem neoliberal em toda a região. O fracasso da exportação desta visão deixa clara, porém, a contradição desta tipologia de guerra entre a vitória militar (que destrói a ordem política passada) e a ausência de uma resolução política (que permita construir uma ordem política nova).

A guerra global contra o terror cristaliza igualmente uma gradual alteração na relação da sociedade ocidental com o conflito armado. O paradigma clássico da guerra que exige uma mobilização alargada da sociedade tem progressivamente dado lugar à diminuição drástica da tolerância dos eleitores nacionais pelas elevadas baixas dos seus concidadãos. A confrontação em

larga escala entre forças militares massificadas tornou-se, por isso, rara e os riscos para as vidas dos soldados ocidentais foram transferidos, através do uso do poder aéreo e das novas tecnologias, para os civis dos países intervencionados, sujeitos aos denominados *danos colaterais*.<sup>8</sup> Esta forma atual de militarismo ocidental reflete, porém, uma experiência histórica de crescentes alvos civis já visível ao longo do século XX.

Dos *drones* norte-americanos no Iémen à guerra na Somália, do atual arrefecimento das relações entre o Ocidente e a Rússia à intervenção da NATO na Líbia, as várias tipologias aqui revistas convivem, na prática ou no discurso, com maior ou menor incidência, no mundo contemporâneo. A análise desta diversidade deve, contudo, ir além das características que distinguem as várias práticas, no sentido de explorar o contínuo papel da guerra de transformação da realidade política e social. ■

### Notas

<sup>1</sup> CLAUSEWITZ, Carl Von (1997 [1832], 2.ª ed.) — *Da Guerra*. Lisboa: Edições Europa/América.

<sup>2</sup> WALLESTEEN, Peter & Sollenberg, Margareta (2001), “Armed Conflict, 1989-2000”. *Journal of Peace Research*. Vol.38(5), pp. 629-644.

<sup>3</sup> KALDOR, Mary (1999) — *New and Old Wars: Organized Violence in a Global Era*. Cambridge: Polity Press.

<sup>4</sup> BARKAWI, Taraq & Brighton, Shane (2011) — “Powers of War: Fighting, Knowledge, and Critique”. *International Political Sociology*. 5, pp. 126-143.

<sup>5</sup> TILLY, Charles (1990) — *Coercion, Capital and European States, AD 990-1990*. Oxford: Basil Blackwell.

<sup>6</sup> ANDERSON, Benedict (1983) — *Imagined Communities*. London: Verso.

<sup>7</sup> KALDOR, Mary (1999) — *op. cit.*

<sup>8</sup> SHAW, Martin (2005) — *The New Western Way of War: Risk-Transfer and its Crisis in Iraq*. Cambridge: Polity Press.

<sup>9</sup> GALLIE, Walter (1956) — “Essentially Contested Concepts”. *Proceedings of the Aristotelian Society*. Vol.58, pp.167-198.